

NOÇÕES BASILARES HUMANAS NA GS

Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M.
Doutor em teologia dogmática
Bispo Emérito da diocese de Novo Hamburgo RS

O cap. IV da primeira parte da Constituição pastoral *Gaudium et Spes* (GS), sobre a função da Igreja no mundo de hoje, começa assim: “Tudo o que temos dito sobre a dignidade da pessoa humana [título do cap.I], sobre a comunidade dos homens [título do cap. II] e sobre o significado último da atividade humana [cap. III] constitui o fundamento das relações entre a Igreja e o mundo e também a base de seu diálogo mútuo”.

Veremos com atualizada atenção esses três capítulos.

1 A dignidade da pessoa humana

A Declaração sobre a liberdade religiosa começa com a seguinte verificação: “Os homens do nosso tempo tornam-se sempre mais cômicos da dignidade da pessoa humana. Cresce o número dos que exigem que os homens em sua ação gozem ou usem de seu próprio critério e de liberdade responsável, não se deixando mover por coação, mas guiando-se pela consciência do dever. Da mesma forma postulam uma delimitação jurídica do poder público, para não ser por demais cerceado o campo da liberdade honesta tanto da pessoa quanto das associações”. O Concílio aprova expressamente essa tendência (*DH 1a*).

A *GS* n. 26b faz a mesma constatação e dá idêntica aprovação. Cresce a consciência da dignidade exímia da pessoa humana, superior a todas as coisas, com direitos e deveres universais e invioláveis. Pois é um sinal eminente da imagem de Deus no homem. O fermento evangélico despertou e provoca no coração do homem uma irrefreável exigência de dignidade.

Por tudo isso a *GS* dedica o primeiro capítulo de sua primeira parte à “dignidade da pessoa humana”, como está no título. O ser humano é a principal preocupação de todo esse volumoso documento conciliar. “É o homem, considerado em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade, que será o eixo de toda a nossa explanação” (n. 3a). O Concílio quer ajudar a “esclarecer o mistério do homem” (n.10). Mas a Igreja o fará “instruída pela revelação de Deus” (12b). Assim, o ser humano, tal como é visto e descrito pela *GS*, é:

- * Um ser criado à imagem de Deus (12c).
- * Um ser criado por amor e por amor conservado (19a).
- * Única criatura na terra que Deus quis por si mesma (24c).
- * Um ser com semente divina (3b), semente de eternidade (18a).
- * Um ser que vale mais pelo que é do que pelo que tem (33a).
- * Um ser superior aos elementos materiais, que excede a universalidade das coisas (14b; 15a).
- * Um ser que não é mera partícula da natureza, nem um elemento anônimo da Cidade humana (14b).
- * Um ser que sintetiza em si os elementos do mundo material (14a).
- * Um ser no qual os elementos materiais atingem sua plenitude (14a).
- * Um ser com alma espiritual e imortal (14b).

* Um ser capaz de conhecer e amar a Deus (12c) e de reconhecer a Deus como Criador de todas as coisas, referindo-se a si mesmo e todas as coisas a Deus (34a); cf. DV 6b.

* Um ser que participa da inteligência divina (15a).

* Sacerdote da criação, capaz de dar glória a Deus (12c) pelo qual o mundo apresenta livremente ao Criador uma voz de louvor (14a).

* Centro e ponto culminante de todas as coisas existentes na terra (12a).

* Princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais (25a).

* Autor, centro e fim de toda a vida econômico-social (63a).

* Senhor de todas as coisas terrestres (12c; 34a).

* Um ser que deve dominar a terra com tudo o que ela contém (34a).

* Um ser que deve governar o mundo na justiça e na santidade (34a).

* Um ser constituído por Deus em estado de justiça e santidade (13a).

* Um ser com vocação altíssima (3b), sublime (13c), divina (22c), a saber: chamado por Deus à comunhão perpétua da incorruptível vida divina (18b), para a comunhão com o próprio Deus (19a), a fim de participar de sua felicidade (21c; cf. DV 2).

Tudo isso se resume, de alguma maneira, no fundamental conceito do homem *imagem de Deus*, segundo Gn 1,26-27: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, e presida aos peixes do mar, e às aves do céu, e aos animais domésticos, e a toda a terra, e aos répteis que se movem sobre a terra”. Ou, como lemos em Sb 2,13: “Deus criou o homem imortal, e o fez à imagem de sua própria natureza”.

Concordam os exegetas e entendidos nas antigas línguas orientais em explicar que a expressão bíblica “imagem de Deus”

tem o significado ativo de cooperador de Deus, seu auxiliar na obra da criação e construção do mundo.

Por isso é o homem constituído senhor de todas as coisas existentes na terra: para as dominar, aperfeiçoar, usar e tornar mais humanas; e ser assim de fato o centro e o ponto culminante, o rei e o sacerdote da criação. Nisso não há orgulho nenhum. Pois essa é sua vocação por vontade do Criador, contanto que reconheça a Deus como Criador de todas as coisas, referindo-as a si mesmo e a universalidade das coisas a Deus, considerando-se sempre sua imagem, sempre um reflexo de Deus, um ser que participa da luz da inteligência divina, um ser com semente divina, de eternidade, única criatura na terra que Deus quis por si mesma e que foi criada por amor e para o amor.

Renuncia a ser imagem de Deus e seu cooperador o homem inativo, que deixa tudo como está, que se conforma passivamente com as circunstâncias, que não pretende melhorar as coisas da natureza para torná-las mais humanas e mais a serviço do homem e para o bem do homem, que se julga como que entregue ao destino e ao fatalismo, que vê em tudo e em todos os acontecimentos adversos a simples realização ou manifestação da vontade de Deus contra a qual seria proibido lutar ou tomar posição.

O homem foi colocado por Deus num mundo inacabado, imperfeito, apenas começado, em evolução, com grandes virtualidades que devem ser atualizadas, com numerosas forças brutas que devem ser domadas. E é tarefa do homem, por ordem divina, continuar, aperfeiçoar, ajudar a evoluir, atualizar as virtualidades da natureza, domar as forças cegas do universo, para então ser o senhor e rei, centro e ponto culminante, “imagem de Deus”.

Agir dessa maneira significa obedecer a Deus.

Assim se entende também aquela outra palavra da *GS* 12c: que o homem foi criado à imagem de Deus *para dar glória a Deus*; para que, com todas as coisas submetidas ao homem, o nome de Deus seja admirável na terra (34a). Pois “as vitórias do

gênero humano são um sinal da magnitude de Deus e fruto de seu inefável desígnio” (34c).

É empolgante e maravilhosa essa doutrina do Vaticano II! Deus é louvado e glorificado, mediante a sujeição de todas as coisas ao homem, sua imagem. *Gloria Dei est vivens homo*: a realização do homem é a glória de Deus, exclamava no fim do século II Santo Ireneu de Lião (*Adv. Haer.* IV, 20,7). Dessa maneira, o homem se transforma em autêntico sacerdote da criação: nele (que sintetiza em si os elementos do mundo material) e por ele o mundo “apresenta livremente ao Criador uma voz de louvor” (14a); “por ele (*per eum*) o mundo chega ao seu fim” (LG 48a). Não é apenas pronunciando ou cantando palavras de louvor e de ação de graças que o homem glorifica a Deus: trabalhando, inventando e aperfeiçoando o mundo, subjugando-o, tornando-o mais dócil e humano, abrindo estradas, construindo pontes, dominando rios, cortando os ares com aviões supersônicos, conquistando a lua, indo aos astros, investigando o átomo, dirigindo os elétrons, combatendo doenças e pestes, transplantando órgãos, penetrando nas profundezas da própria alma humana, descobrindo o comportamento do dinamismo inconsciente: assim o homem dará glórias ao Criador. “O que é o homem para dele vos lembrades? Ou que é o filho do homem para que vos ocupeis com ele? Vós o fizestes pouco inferior aos anjos, coroando-o de honra e glória. Destes-lhe o poder sobre as obras de vossas mãos. Vós lhe submetestes toda a criação” (*Sl* 8,5-7, citado pela *GS* 12c).

Para que se convença ser essa realmente a doutrina do Concílio (pois de tão maravilhosa e empolgante que é, a gente poderia até começar a desconfiar), procure, medite e estude *GS* n. 34, 57 e 67b. Mais adiante, analisando o terceiro capítulo (“sentido da atividade humana no mundo”), que aqui receberá como título “Acepção cristã da atividade temporal”, voltaremos a esses números.

A fim de completar o quadro sobre a grandeza do homem e sua intimidade com Deus, convém acrescentar ainda o seguinte: em sua interioridade mais profunda (cf. *GS* 14b) – que é o “coração” da linguagem bíblica, ou a “consciência” na terminologia moderna – há um “núcleo secretíssimo” ou um “sacrário” (*GS* 16), onde o homem descobre uma lei escrita por Deus (*homo legem in corde suo a Deo inscriptam habet*), onde o espera Deus (*ubi Deus eum expectat*), onde ele está sozinho com Deus (*in quo solus est cum Deo*), onde ressoa a voz de Deus, onde ele, pessoalmente, sob os olhares de Deus, decide sua própria sorte (14b: *ubi ipse sub oculis Dei de propria sorte decernit*). É aí que o homem se encontra com Deus e dialoga com ele. Deus e sua imagem têm um encontro naquele santuário: é neste momento que o homem-imagem-de-Deus se relaciona com seu Criador, reconhece-o e a ele livremente se submete.

Nisso, diz o Concílio, está a própria dignidade do homem: *ipsa dignitas eius est* (*GS* 16).

2 A índole social do ser humano

A interdependência, a socialização e as relações mútuas entre os homens estreitam-se mais e mais e multiplicam-se continuamente, difundindo-se pouco a pouco pelo mundo inteiro, a tal ponto de já fazerem parte dos principais aspectos do mundo atual, que vem se unificando incessantemente. Muitas vezes a *GS* acentua esse fato marcante da nossa época (cf. n. 6e, 23a, 24b, 25d, 26a, etc.). O progresso técnico atual é, sem dúvida, o principal responsável dessa nova situação; mas, adverte o Concílio, “o diálogo fraterno entre os homens se aperfeiçoa, não neste progresso, e sim mais profundamente na comunidade de pessoas, que exige uma reverência mútua para sua plena dignidade espiritual” (23a). No parágrafo anterior, tentamos estudar essa dignidade da pessoa humana, que é, segundo a *GS* 40a, uma das três verdades básicas para a relação entre a Igreja e o mundo. Esta

segunda noção basilar que possibilita o necessário diálogo desejado e ordenado pelo Concílio na *GS* está na doutrina sobre a índole social do ser humano.

1. Ser social por natureza, o homem não pode encontrar-se plenamente senão por um dom sincero de si mesmo. Acerca dessa índole social tem o Vaticano II uma doutrina firme e claramente formulada: “Deus não criou os homens para viverem isoladamente, mas para formarem uma união social” (*GS* 32a). “O homem é, com efeito, por sua natureza íntima (*ex intima sua natura*), um ser social” (12d); ou, segundo a expressão do Decreto sobre o apostolado dos leigos (AA 18a), “o homem é social por sua natureza: *homo natura sua socialis est*”; “por sua natureza, necessita absolutamente da vida social” (*GS* 25a). Portanto, a vida social não lhe é algo acrescentado: *vita socialis non est homini quid adventitium* (25a). A índole social é conatural, intrínseca, essencial, pertencendo à própria natureza humana; não é algo aditado, acidental, extrínseco, uma espécie de complementação que eventualmente nos poderia faltar.

Conseqüentemente, sem relação com os outros, o ser humano não pode nem viver nem desenvolver seus dotes: *sine relationibus cum aliis nec vivere nec suas dotes expandere potest* (12d). Essa surpreendente conclusão é várias vezes reafirmada, sobretudo no cap. II da I parte da *GS*, onde o Concílio ensina que o homem “não pode encontrar-se plenamente senão por um dom sincero de si mesmo” (24c); que ele “desenvolve todas as suas qualidades mediante a comunicação com os outros, a aceitação das obrigações mútuas e o diálogo com os irmãos” (25a); que ele “se degrada, quando, complacente com a excessiva facilidade da vida, se fecha numa espécie de torre de marfim”, mas “se fortalece, quando compreende as inevitáveis necessidades da vida social, assume as exigências multiformes da solidariedade humana e se responsabiliza pelo serviço à comunidade” (31b).

A fim de ilustrar essa natureza social (para o outro) do homem, o Concílio apresenta uma ousada analogia tirada do mis-

tério da Santíssima Trindade: como as Três Pessoas em Deus são constituídas Pessoas por suas relações mútuas, assim o ser humano, criado à imagem de Deus, é “pessoa” por suas relações com os outros; e quanto mais intensificar essas relações, tanto mais fortalecerá sua “personalidade”, só se realizando, na medida em que se dedicar aos demais: “Quem procurar guardar sua vida, perdê-la-á e quem a perder conservá-la-á” (*Lc* 17, 33, passagem citada pelo Concílio). Toda essa alínea do n. 24c da *GS* era considerada fundamental pelos redatores do texto. Entretanto, na última hora, em virtude dos votos modificativos, recebeu uma nova redação que encobriu bastante seu vigor original, que já tinha sido votado e aprovado pela 161ª Congregação geral. Eis como soava o texto em latim:

Immo, doctrina catholica, prospectus praebens fidelium rationi impervios, docet Deum, qui unus quidem est, in tribus subsistere Personis, quarum unaquaeque ita ad alias vivit ut ea ipsa relatione constituatur. Excogitare licet personas humanas, cum ad imaginem Dei unius et trini creatae sint et ad Eius similitudinem reformatae, aliquam imitationem Eius in se praebere. Enimvero, si homo in terris sola creatura est quam Deus propter seipsam voluerit, idem ex ipso ad alios refertur, ita ut nonnisi se dando, se invenire possit.

Havia dificuldades teológicas nessa formulação que, por isso, foi bombardeada por ocasião do voto modificativo (*placet iuxta modum*). A proposta de sua total omissão não foi nem podia ser aceita pela comissão redatora, visto que recebera a aprovação da Congregação geral. (Já Pio XII, na Radiomensagem de Natal de 1942, falara da vida social como “espelho, embora imperfeito, de seu modelo, Deus em sua Trindade”). Na correção tomou-se como base da analogia a oração de Jesus Cristo: “Todos sejam um como nós somos um” (*Jo* 17,21-22). Ensina então o Concílio que essa analogia “sugere alguma semelhança entre a união das divinas Pessoas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade. Essa semelhança manifesta que o homem, úni-

ca criatura na terra, que Deus quis por si mesma, não pode encontrar-se plenamente senão por um dom sincero de si mesmo”. Isto é: na medida em que o homem se dá ou comunica aos outros, nessa proporção se encontra e se realiza; e vive-versa: no grau em que se fecha em si ou se encerra numa torre de marfim, ele deixa de se realizar. É o mesmo pensamento que já víamos no n. 12d: sem relações com os outros, o homem normal não pode nem viver nem desenvolver seus dotes.

2. Comunitário por vontade divina, o cristão não se santifica e salva individualmente. A graça não destrói mas supõe a natureza e tem-na como fundamento. O Evangelho é fermento: não quer substituir a massa, quer apenas vivificá-la. O cristianismo não veio para modificar a natureza humana, mas para elevá-la. Como no nível natural, o homem é por natureza um ser social e normalmente se realiza através de suas relações com os outros, assim no nível da graça o cristão continua um ser essencialmente comunitário e se realiza na *communio*, na *koinonía*, na Igreja. A *GS* é também nesse ponto extremamente explícita: como Deus não criou os homens para viverem isoladamente, mas para formarem uma união social, assim também lhe agradou “santificar e salvar os homens, não individualmente, excluindo qualquer conexão mútua, mas constituí-los em um povo, que o reconhecesse na verdade e o servisse santamente”. Desde o início da história da salvação, Deus escolheu os homens, não como indivíduos somente, mas como membros de uma comunidade (32a).

O princípio da economia divina de “santificar e salvar os homens não individualmente” (*homines non singulatim sanctificare et salvare*) foi primeiro formulado na *LG* 2b e na *AA* 18a e não deve ser entendido em sentido exclusivo, como se o Concílio tivesse a intenção de excluir toda decisão e ação individual. A própria *LG*, antes de formular essa proposição, ensina com São Pedro que, “em qualquer época e em qualquer povo, é aceito por Deus todo aquele que o teme e pratica a santidade” (*At* 10,34), o

que evidentemente supõe uma decisão e ação individual. Também a *GS*, no n. 14, não ignora que o homem penetra em sua intimidade profunda, “quando se volta ao seu coração, onde o espera Deus, que perscruta os corações, e onde ele *pessoalmente*, sob os olhares de Deus, decide a sua própria sorte”. Esse mesmo documento fala da intimidade da consciência, que “é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz” (n.16). E na Constituição sobre a Liturgia, embora recomende a oração comunitária e lhe dê absoluta primazia (n.27), não exclui o valor e mesmo a necessidade da oração inteiramente particular e individual. Aliás, no plano natural vale o mesmo: o homem é por sua natureza um ser social, mas não é exclusivamente social: sua “individualidade” ou “dignidade pessoal” é repetidas vezes proclamada .

3. Sinal dos discípulos de Cristo, a caridade deve ser a alma da vida cristã. Nossa caridade não deve ter limites nem conhecer discriminações. “Que cada um respeite o próximo como ‘outro eu’, sem se excetuar nenhum... Sobretudo no nosso tempo temos a imperiosa obrigação de nos tornarmos próximos de qualquer homem indistintamente e servi-lo ativamente, quer seja um velho abandonado por todos ou uma criança nascida de união ilegítima sofrendo imerecidamente por um pecado que não cometeu” (27ab). Pois a caridade cristã a todos se estende sem distinção de raça, de condição social ou de religião. “Onde quer que haja alguém que carece de comida e bebida, de roupa, casa, medicamentos, trabalho, instrução, de condições necessárias para uma vida realmente humana, que esteja atormentado pelas tribulações ou por doença, que sofra exílio ou prisão, a caridade cristã deve procurá-lo, aliviá-lo com carinhosa assistência e ajudá-lo com auxílios oportunos” (AA 8d).

O Concílio quis traçar também normas concretas: “Para que o exercício desta caridade esteja acima de qualquer crítica e se apresente como tal: olhe-se no próximo a imagem de Deus, segundo a qual foi criado, e o Cristo Senhor, a quem na realidade

se oferece o que é dado ao indigente; respeite-se com a maior delicadeza a liberdade e a dignidade da pessoa que recebe o auxílio; não se desdoure a pureza de intenção com nenhuma procura de vantagem pessoal ou desejo de dominar; satisfaçam-se, em primeiro lugar, as exigências da justiça, para que não se dê como caridade o que já é devido a título de justiça; eliminem-se as causas dos males, não só os efeitos; seja encaminhada a ajuda de tal maneira que os que a recebem pouco a pouco se libertem da dependência externa e se tornem auto-suficientes” (AA 8e).

Bem concretamente determina a *GS* no n. 88c: “O sistema de arrecadar e distribuir os subsídios... seja bem organizado nas dioceses, nas nações e no plano mundial, em ação conjugada com os outros irmãos cristãos. Pois o espírito de caridade, longe de proibir o exercício previdente e ordenado da ação social e caritativa, antes o impõe”. Empenhem-se os católicos de boa vontade, para promover tudo o que for verdadeiro, justo, santo e amável.

4. A difícil virtude de respeitar a opinião do outro. O respeito e a caridade, ensina a *GS* no n. 28a, devem estender-se também àqueles que, em assuntos sociais, políticos e religiosos, pensam e agem de modo diferente da nossa. E lembra que, quanto mais intimamente, com humanidade e caridade, compreendermos o seu modo de pensar, tanto maior será a facilidade para poder iniciar um diálogo com eles. Recorda que é preciso distinguir o erro, que deve ser sempre rejeitado, e o errante que conserva a dignidade, mesmo quando inquinado por noções religiosas falsas ou menos cuidadas; e que só Deus é escrutador dos corações. Por isso ele nos proíbe julgar sobre a culpa interior de quem quer que seja.

Entre as tendências modernas, a *GS* constata com satisfação que aumenta continuamente o respeito para com os homens que professam outra opinião ou religião (73c). Concede que muitos e vários são os homens que integram a nossa comunidade política e podem legitimamente seguir opiniões diferentes (74b).

Recomenda explicitamente aos cristãos que reconheçam as opiniões legítimas, mas discordantes entre si, sobre a organização da realidade temporal (75e). Suplica aos católicos que promovam no seio da própria Igreja a mútua estima, respeito e concórdia, sobretudo a diversidade legítima, para que se estabeleça um diálogo cada vez mais frutífero entre os que constituem o único Povo de Deus, repetindo o conselho: nas coisas necessárias reine a unidade, nas duvidosas a liberdade, em tudo a caridade (92b). É ainda a *GS* que dá a seguinte norma de conduta: “Muitas vezes a própria visão cristã incliná-los-á a uma solução determinada, em algumas circunstâncias reais. Outros fiéis, contudo, como acontece, com freqüência e legitimamente, com igual sinceridade, pensarão de modo diferente sobre a mesma coisa. Se, depois, as soluções apresentadas, mesmo sem intenção das partes, são facilmente ligadas por muitos à mensagem evangélica, é preciso se lembrarem que não é lícito a ninguém, nos casos citados, reivindicar exclusivamente para a sua sentença a autoridade da Igreja. Mas procurem, em diálogo sincero, esclarecer-se reciprocamente, conservando a caridade mútua, e preocupados em primeiro lugar com o bem comum” (43c).

Não foi certamente por acaso que a *GS* fez questão de declarar: “Para que consigam desempenhar o seu dever, seja reconhecida aos fiéis, clérigos e leigos, a justa liberdade de investigação e de pensamento, bem como a justa liberdade de exprimir as suas idéias com humildade e firmeza, nos assuntos de sua competência” (62g).

Iríamos longe, lembrássemos neste contexto tudo quanto o Concílio nos ensina sobre o ecumenismo (nossa atitude perante os protestantes, os ortodoxos, os judeus, os pagãos e os ateus), o pluralismo (teológico, espiritual, cultural, disciplinar), o diálogo e a colaboração. É um mundo ainda inexperto. É um sopro novo. É uma mentalidade recente. É uma Igreja renovada, diferente da outra, na qual nos formaram e educaram. E é apenas o começo. E não nos arrepiemos de medo diante da aragem do Espírito Santo.

Pois a continuidade da Igreja nos é garantida pela presença constante e atuante do Senhor glorificado e de seu Espírito que sopra onde, como, quando e quanto quiser, sem depender, nem do ministério, nem dos sacramentos, para santificar e conduzir o Povo de Deus (cf. *LG* 12b).

Entretanto, os que pensam estabelecer a paz e a justiça, não se esqueçam de que a carne e o mundo se encarregarão de colocar a cruz sobre seus ombros (*GS* 38a). Mas saibam também que, depois da morte, permanecerão o amor e suas obras (39a).

3 Acepção cristã da atividade temporal

Muitas vezes os cristãos são acusados de não se preocuparem suficientemente com a ordem temporal. Era uma das razões de Karl Marx, quando via na religião o ópio do povo. Nossa bastante tradicional atitude cristã considerava a ordem temporal como um simples meio para alcançar a vida eterna e não como um bem si, com valor próprio, querido por Deus. A terra não passava de trampolim para o céu. O ideal parecia a fuga do mundo. Tinha-se a impressão de que o bem temporal era um estorvo a ser tolerado e suportado pacientemente; e que impedia o desenvolvimento pleno da vida religiosa cristã. Por isso não temos sensibilidade para o valor religioso do temporal. Há na nossa mentalidade cristã descontinuidade entre o temporal e o religioso. “Entre as formas do ateísmo religioso, assim lemos no n. 20b da *GS*, não deve ser esquecida aquela que espera a libertação do homem, principalmente sua libertação econômica e social, sustentando que a religião, por sua natureza, impede esta libertação, à medida que, estimulando a esperança do homem numa quimérica vida futura, o afastaria da construção da cidade terrestre”. E no n. 7c constata que “negar a Deus ou a religião ou abstrair de ambos já não é mais algo de insólito e individual”, mas que “multidões cada vez mais numerosas afastam-se praticamente da

religião”; e que tais atitudes são apresentadas como “exigência do progresso científico” de certo “humanismo novo”.

Porque sentiam ou até sofriam uma oposição irredutível entre religião e construção da ordem temporal, por isso desligaram-se, por vezes violentamente, da religião, construíram um humanismo novo independente da Igreja e se dedicaram com afinco e exclusivamente à Cidade terrestre. E isso a tal ponto, com tanto arrojo e tão grande eficácia que o próprio Concílio chega à conclusão de que “muitos bens que o homem aguardava antigamente, sobretudo das forças superiores, hoje já os consegue pelo trabalho próprio” (*GS* 33a). Em vista disso, era inevitável que se iniciasse um audacioso processo de desmitização de Deus ou do conceito que os homens dele faziam ou tinham recebido. Confessa ainda a *GS* (19c) que, na gênese do ateísmo atual, está também a reação crítica contra as religiões. Pois os crentes, “ou por uma exposição falaz da doutrina, ou por faltas na sua vida religiosa, moral e social, mais velam que revelam a genuína face de Deus e da religião”. Sabe o Concílio que grande número dos que pensam que a afirmação de Deus como Senhor, Autor e Fim de todas as coisas, é pelo menos completamente supérflua (*GS* 20a). Por isso o espírito crítico mais agudo purifica a religião de uma concepção mágica do mundo e de superstições ainda espalhadas. Exige uma adesão à fé cada vez mais pessoal e operosa (*GS* 7c), o testemunho de uma fé mais viva e adulta (21e) e uma vida mais pura e amadurecida (62b).

Dessa maneira, surgiu fora da Igreja, ao lado dela e muitas vezes contra ela, um mundo novo, a-religioso, quando não ir-religioso, cheio de alegrias e esperanças, de tristezas e angústias. “O gênero humano encontra-se hoje em fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas se estendem progressivamente ao universo inteiro. Provocadas pela inteligência do homem e sua atividade criadora, atingem o próprio homem, seus juízos, seus desejos individuais e coletivos, seu modo de pensar e agir, tanto em relação às coisas, quanto em relação aos homens”

(4b). A GS sente no n.55 “o nascimento de um novo humanismo, no qual o homem se define, em primeiro lugar, por sua responsabilidade perante os seus irmãos e a história”.

Diante dessa realidade, devemos fazer algumas observações:

1. A atividade humana na ordem temporal de fato faz parte do plano de Deus e é um ato de glorificação do Criador. Pertencem à ordem temporal os bens da vida e da família, a cultura, a economia, as artes e as profissões, as instituições políticas, as relações internacionais e outros assuntos desse teor, junto com sua evolução e progresso. Toda essa atividade humana individual e coletiva, “ou aquele empenho gigantesco no qual os homens se esforçam, no decorrer dos séculos, para melhorar as suas condições de vida, considerado em si mesmo, corresponde ao plano de Deus”.

Consideremos bem este princípio fundamental: que os homens melhorem as condições da vida humana (*vitae conditiones in melius mutare*) está no programa do Criador. Feita à imagem de Deus, a criatura racional recebeu a ordem de dominar a terra com tudo o que ela contém; e de governar o mundo na justiça e na santidade, reconhecendo e louvando seu Criador, para que, com todas as coisas submetidas ao homem, o nome de Deus seja admirável na terra inteira (GS 34a).

E isso vale também para os trabalhos inteiramente cotidianos. Pois os homens e as mulheres que, quando lutam para a sustentação de sua vida e da família, exercem sua atividade de tal modo que sirvam bem à sociedade, podem legitimamente julgar que desenvolvem, com o seu trabalho, a obra do Criador e contribuem, com sua ação pessoal, para a execução do plano divino. Rejeita-se a idéia de que o cristão deva conformar-se pacientemente às circunstâncias ou à realidade encontrada. Ele deve modificá-la, valorizá-la, colocá-la ao serviço dos irmãos e torná-la mais humana e sempre concorde com a ordem ética e as leis da natureza.. Não somos meros espectadores de algo preexistente

que fosse intangível ou não devesse ser modificado. A *LG* (n. 36b) pede aos leigos que se tornem competentes nas disciplinas profanas e assim “colaborem eficazmente para que os bens criados sejam aperfeiçoados pelo trabalho humano, pela técnica e pela cultura para o benefício de todos”. É plano de Deus acerca do mundo “que os homens, em espírito de concórdia, construam a ordem temporal e sem cessar a aperfeiçoem” (*AA 7a*).

E assim pode a *GS* concluir no n. 57b: “Quando cultiva a terra, com o trabalho de suas mãos ou por meio da técnica, para que produza frutos e se torne uma habitação digna da família humana inteira, o homem realiza o plano de Deus, manifestado no início dos tempos, que é o de dominar a terra e completar a criação”. Deus é glorificado precisamente através da submissão das coisas ao homem. Na Missa “pelos cristãos leigos”, reza a Igreja na coleta: “Ó Deus, que destes no Evangelho um fermento para a humanidade, concedei aos vossos fiéis, chamados a viver no meio do mundo que, desempenhando suas funções na sociedade, abrasados de espírito cristão, construam sem cessar o vosso Reino”.

2. Infelizmente, a atividade humana, na ordem temporal, é ambivalente e foi atingida pelo pecado. A proposição anterior poderia levar a um otimismo exagerado e irreal. Pois não é difícil verificar com a *GS* (4c) que, “enquanto o homem estende tão amplamente o seu poder, contudo nem sempre consegue submetê-lo a seu serviço. Esforçando-se por penetrar mais profundamente nessa intimidade da própria mente, o homem aparece, com frequência, mais incerto de si mesmo. Descobrendo pouco a pouco mais claramente as leis da vida social, ele hesita sobre a direção a lhe imprimir”. Toda a parte introdutória da *GS* (n.4-10) se movimenta nesse misto de esperança e de angústia, diante da evolução atual do mundo. “Assim, o mundo moderno se apresenta, ao mesmo tempo, poderoso e débil, capaz de realizar o ótimo e o péssimo, porquanto se lhe abre o caminho da liberdade ou da escravidão, do progresso ou do regresso, da fraternidade ou do

ódio” (n.9d). Lemos na *AA* 7c: “Ao longo da história, o uso das coisas temporais esteve aliado a graves erros, porque os homens, atingidos pela culpa original, deslizaram muitas vezes para inúmeros erros acerca do Deus verdadeiro, da natureza do homem e dos princípios da lei moral: daí veio que se corrompessem os costumes e as instituições humanas e, não raro, que a pessoa humana fosse oprimida. Também nos nossos dias, não poucos, confiando mais do que é justo no progresso das ciências naturais e da técnica, se desencaminharam para uma espécie de idolatria das coisas temporais, tornando-se antes servos delas que senhores”.

A *GS* fala muitas vezes do progresso humano e de sua ambivalência: pode ser um grande bem para o homem (37a), pode ajudar a felicidade verdadeira dos homens (37c), pode contribuir para organizar melhor a sociedade humana e até ser de interesse para o Reino de Deus (39b), pode contribuir para a afirmação da pessoa (71a), pode ajudar eficazmente na perfeição humana integral (63b); mas pode também ser uma tentação enorme, levando inclusive a guerras ou conflitos mundiais, com a matança de muitos milhões de pessoas humanas (37a; 63c), pode conduzir à vaidade e à malícia e transformar-se em instrumento de pecado (37c), pode favorecer certo fenomenismo e agnosticismo e tentar o homem a bastar-se a si mesmo (57d), pode mesmo chegar ao ateísmo sistemático (20a) e ser causa de desigualdades sociais e até de regressos (63c).

Não devemos esquecer que o pecado de fato entrou no homem (*GS* 13), causando nele um profundo desequilíbrio (10a, 13b): vulnerou a liberdade (17), feriu a vontade (78 a), obscureceu e enfraqueceu a inteligência (15), deixou sua marca no mundo e deformou sua figura (2b), perturbou a história humana (*GS* 40); enfim “o pecado diminuiu o próprio homem, impedindo-o de conseguir a plenitude” (13b). O Concílio não sente escrúpulos nem inibições em lembrar francamente que “uma luta árdua contra o poder das trevas perpassa a história universal da humanida-

de. Iniciada desde a origem do mundo, *vai durar até ao último dia*, segundo as palavras do Senhor. Inserido nessa batalha, o homem deve lutar sempre para aderir ao bem; não consegue alcançar a unidade interior senão com grandes lutas e o auxílio da graça de Deus” (37b).

3. A atividade humana, na ordem temporal, é abarcada pela obra do Redentor e entra no mistério pascal. Nem otimismo nem pessimismo. O pecado, com suas conseqüências, e o diabo, com suas insídias, são verdades reveladas e nós devemos contar com elas no planejamento de nossas atividades. Mas a Redenção é também verdade revelada. “O próprio Senhor veio para libertar e confortar o homem, renovando-o interiormente. Ele expulsou o ‘príncipe deste mundo’ que retinha o homem na escravidão do pecado” (GS 13b).

Afirma a GS no n.37d: “Se alguém pergunta como se pode vencer aquela miséria, os cristãos confessam que todas as atividades humanas, diariamente desviadas pela soberba e amor desordenado de si mesmo, devem ser purificadas pela cruz e ressurreição de Cristo e encaminhadas à perfeição. Remido por Cristo e tornado criatura nova no Espírito Santo, o homem pode e deve amar as próprias coisas criadas por Deus. Pois ele as recebe de Deus e as olha e respeita como que saídas de suas mãos. Agradece ao Benfeitor os objetos criados e usa-os e frui-os na pobreza e liberdade de espírito. É assim introduzido na verdadeira posse do mundo, como se nada tivesse, mas possuísse tudo. ‘Tudo é vosso, mas vós sois de Cristo e Cristo é de Deus’” (1Cor 3,22-23).

Pareceria até um texto de São Francisco de Assis. Mas assim nos falou o XXI Concílio Ecumênico, o Vaticano II, em documento aprovado e assinado para a glória de Deus, no dia 07 de dezembro de 1965.